

Prefácio

A meta 10.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traz, de forma inédita, a referência à migração. Com o propósito de “facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas”, a meta representa o engajamento da comunidade internacional com o tema e é precedida e seguida por diferentes iniciativas, em todos os níveis, para sua consecução. Nesse caminho, o apoio e envolvimento de múltiplos atores é crucial para seu alcance.

De acordo com dados do *World Migration Report 2022*, publicado pela OIM – a Agência da ONU para as Migrações, 281 milhões de pessoas são migrantes internacionais, ou 3,6% da população mundial. Dentro destes dados está uma pluralidade de experiências migratórias, movidas pela busca por oportunidades, pela necessidade de proteção, pela busca da unidade familiar ou por tantos outros motivos que dão sentido à vida de cada uma destas pessoas migrantes.

À esta população muitos desafios se colocam, especialmente àquelas e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade por distintos motivos. Os acessos a direitos, serviços e oportunidades frequentemente são apresentados em relatórios globais como um dos aspectos de maior preocupação pelos atores atuantes no tema, aos quais governos, sociedade civil, setor privado, comunidade migrante e organizações internacionais somam esforços permanentes para encontrar soluções.

Dentro destes esforços, as universidades brasileiras também têm tomado protagonismo para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil, em diferentes frentes. Na produção de conhecimento, pesquisas publicadas vêm

contribuindo decisivamente para a produção de políticas públicas e tomada de decisões baseadas em evidências pelos gestores, bem como para a superação de informações inverídicas sobre a migração, um dos pontos de maior sensibilidade identificados no *World Migration Report 2022*. A dedicação da academia à análise das múltiplas interfaces do tema migratório tem, portanto, tomado papel que transcende a própria produção de conhecimento e toma espaço, por diferentes meios, na transformação das realidades e na construção e aprimoramento da governança das migrações.

No campo do ensino, é também notável o envolvimento das universidades ao incluir o tema das migrações em disciplinas específicas nos currículos de seus cursos ou de forma transversal, em diferentes áreas do conhecimento. A formação de profissionais preparados para atuar no atendimento à população migrante, seja nos serviços específicos, seja nos serviços gerais, tem sido um resultado de destaque, cabendo também frisar o protagonismo que estes egressos assumem na construção de iniciativas em nível micro e macro para o atendimento daquele público. Além disso, as universidades também vêm criando programas específicos para acesso ao ensino superior para imigrantes, refugiados e apátridas, bem como para a revalidação de diplomas daqueles que possuem formação em instituições estrangeiras. A partir dessa disposição e compromisso em adaptar procedimentos ao contexto daquela população, as universidades vêm viabilizando oportunidades que, frequentemente, são de acesso limitado aos migrantes por razões diversas, como a dificuldade de apresentação de documentos originais ou com tradução juramentada.

Na dimensão da extensão universitária, estas ações também ganham espaço. Em todas as regiões brasileiras, grupos de extensão atuam e atendem diretamente imigrantes e refugiados com programas voltados à assessoria jurídica, ao ensino da língua portuguesa, ao atendimento de saúde, dentre outros. No aspecto coletivo, estes grupos também vêm atuando, por exemplo, na formação e capacitação de agentes públicos, na articulação e sensibilização de atores privados, bem como na construção de políticas voltadas à população refugiada e migrante. O impacto local é notável e são

frequentes as referências da comunidade migrante ao apoio que recebem de grupos extensionistas.

Dentro do próprio escopo das iniciativas e estratégias desenvolvidas pela OIM, a parceria com as universidades também tem sido muito exitosa. A Plataforma MigraCidades, por exemplo, realizada em parceria da OIM com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), tem promovido diferentes ações para capacitar atores locais, impulsionar o diálogo migratório e certificar o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória. Apenas em 2021, 32 municípios e 9 estados receberam a certificação oferecida pelo programa e mais de 1.000 pessoas passaram por seus treinamentos. A Plataforma MigraCidades vem permitindo também o compartilhamento de boas práticas entre governos de maneira horizontal e contribuindo para a construção de políticas públicas.

A atuação nestas diferentes frentes, sua articulação com distintos atores e os resultados produzidos indicam que as universidades têm papel de relevância junto à rede de proteção e promoção de direitos humanos dos migrantes no Brasil. Seus esforços se somam, integram e complementam os esforços empreendidos por governos, sociedade civil e organismos internacionais na direção do desenvolvimento de ações para a promoção de uma migração segura, ordenada e digna, bem como para o fortalecimento de uma governança das migrações, com uma abordagem baseada em direitos.

Esta edição da Revista Experiência, da Universidade Federal de Santa Maria, que tem como temática "Direitos humanos, imigrantes e refugiados em vulnerabilidade social no Brasil", ilustra esses esforços desenvolvidos desde as universidades e apresenta, de forma minuciosa, resultados que podem ser alcançados em diferentes níveis e em ambientes desafiadores – como aquele decorrente da pandemia da Covid-19. As leitoras e leitores desta publicação encontrarão textos que passam por diferentes áreas do conhecimento e mostram ações de extensão voltadas direta ou indiretamente à população migrante em variados contextos, como o ambiente de

acesso e permanência na universidade, as relações transfronteiriças e a dinâmica de mobilidade humana, o atendimento direto à migrantes e refugiados em serviços de acesso à direitos e ao idioma e a incidência na formulação de políticas públicas e capacitação de agentes públicos, dentre outros.

A leitura desta edição especial poderá, certamente, estimular e indicar caminhos àqueles que buscam desenvolver ações extensionistas no tema. Diferentes experiências são apresentadas nas páginas que seguem, com uma riqueza de detalhes metodológicos e de consolidação de resultados que permitem ao leitor desenhar também seus projetos e somar-se ou fortalecer sua atuação no campo da proteção e promoção dos direitos humanos da população migrante. Assim, é de se observar que esta obra tem um valor que não é meramente informativo, mas que sim toma espaço como um importante norteador para a atuação de grupos de extensão no tema.

Para a promoção de uma migração segura, ordenada e digna e para alcançar o compromisso da comunidade internacional no tema de migração dentro da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é um consenso que é necessária a atuação e o engajamento de um amplo espectro de atores, que possam trabalhar em conjunto e somar esforços na prestação e desenvolvimento de serviços à comunidade migrante. Iniciativas neste caminho farão, nos próximos anos, parte crucial da construção de sociedades acolhedoras e inclusivas, onde todas e todos possam ter acesso a direitos, serviços e oportunidades em igualdade de condições. Assim, ao concluir esse prefácio, cabe reverenciar o comprometimento da Universidade Federal de Santa Maria nesta construção, que está representada tanto na publicação desta edição quanto por inúmeras outras ações da instituição, à exemplo do “Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade” – Resolução número 041/2016.

Na certeza de que esta obra poderá multiplicar iniciativas e resultados em distintas regiões do Brasil e do mundo, uma boa leitura à todas e todos.

Brasília, março de 2022

Stéphane Rostiaux
Chefe de Missão – OIM Brasil